

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 10.674, DE 2018

Apensado: PL nº 6.535/2019

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Técnico em Necropsia e dá outras providências.

Autor: Deputado RICARDO IZAR

Relator: Deputado JORGE SOLLÁ

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em análise propõe regulamentação para a profissão de técnico em necropsia, que se caracteriza pela finalidade de apurar a causa da morte de um ou mais indivíduos. Descreve a profissão; lista requisitos para o profissional, como idade mínima de 18 anos, diploma de ensino médio e certificado de curso profissionalizante de pelo menos 1.200 horas, dentre outros; relaciona direitos e deveres do profissional, suas atribuições; e estabelece o dia 13 de outubro como dia do técnico em necropsia.

Tramita apensado o Projeto de Lei nº 6.535, de 2019, de autoria do Deputado Juninho do Pneu, que “Dispõe sobre o exercício da profissão de técnico em Necropsia”. O PL lista os requisitos para a profissão, todos contidos naqueles relacionados no projeto principal.

Foi distribuído às Comissões de Trabalho (CTRAB) e de Saúde (CSAUDE), para análise de mérito; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC - art. 54 RICD). Sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões (Art. 24 II), tramita sob regime ordinário (Art. 151, III, RICD)

Na Comissão de Trabalho as proposições foram aprovadas, na forma de um substitutivo.



Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a este Colegiado a análise da proposição quanto ao mérito da saúde pública e individual, nos termos regimentais. Eventuais ponderações acerca da constitucionalidade, adequação regimental, juridicidade e técnica legislativa deverão ser apontadas pela próxima comissão (CCJC).

Como relatado, os projetos de lei em análise propõem regulamentação para a profissão de técnico em necropsia, que se caracteriza pela finalidade de apurar a causa da morte de um ou mais indivíduos. Descrevem a profissão; listam requisitos para o profissional, como idade mínima de 18 anos, diploma de ensino médio e certificado de curso profissionalizante de pelo menos 1.200 horas, dentre outros; relacionam direitos e deveres do profissional, suas atribuições; e estabelecem o dia 13 de outubro como dia do técnico em necropsia.

Ambas as proposições são meritórias e merecem nosso apoio. Com efeito, a profissão de técnico de necropsia se mostra fundamental para várias ações de saúde, desde o ensino até a prática da medicina forense. Seus autores, portanto, devem ser louvados.

Os debates ocorridos na Comissão de Trabalho, que nos antecedeu, foram profícuos. Como resultado, seu relator naquela Comissão, o nobre Deputado Mauro Nazif, logrou construir um substitutivo que foi amplamente apoiado. Manteve a essência de ambas as proposições, porém aprimorou seu texto, inclusive acolhendo sugestões dos profissionais interessados.

No substitutivo aprovado, foi corrigido o nome da categoria, incluindo as áreas de anatomia e tanatopraxia humana; foram feitos ajustes no texto que trata da contratação e das atribuições dos profissionais; retiraram-se



alguns dispositivos que apenas repetiam determinações legais já presentes em outros documentos, a exemplo dos direitos trabalhistas; foram suprimidos também determinações inadequadas para o texto da lei. O texto final restou mais adequado para os fins propostos e, por isso, propomos seu acolhimento também nesta Comissão de mérito.

Diante disso, o **voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 10.674, de 2018, e de seu apensado, o Projeto de Lei nº 6.535, de 2019, na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Trabalho, com a emenda anexa sugerida em debate na Comissão de Saúde, que aprimora o texto adotado na comissão anterior, sem alteração significativa.**

Sala da Comissão, em 30 de novembro de 2023.

Deputado JORGE SOLLA
Relator



COMISSÃO DE SAÚDE**SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE TRABALHO AO PROJETO
DE LEI Nº 10.674, DE 2018 (APENSADO: PL 6.535/2019)**

Regulamenta o exercício da
profissão de Técnico em Anatomia,
Necropsia e Tanatopraxia Humana.

EMENDA

Dê-se a seguinte redação ao Parágrafo único do Art. 3º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 10.674/2018 e apensado, adotado pela Comissão de Trabalho.

“Parágrafo único. A exigência a que se refere o inciso III poderá ser suprida pela comprovação de experiência prévia em prestação de serviços profissionais em empresas públicas ou privadas, estágios e monitorias com tempo mínimo de duração de 12 (doze) meses e carga horária mínima de 240 (duzentas e quarenta) horas nos locais mencionados no parágrafo único do artigo 2º, até 02 (dois) anos após esta Lei ter entrado em vigor, findado este prazo, a exigência passa a ser os requisitos previstos no artigo 3º.”

Sala da Comissão, 30 de novembro de 2023.

Deputado JORGE SOLLÁ

Relator

